

Contra a *normalización*: Reconhecimento cultural e redistribuição económica sob a dominação linguística (*)

Celso Álvarez Cáccamo

(Universidade da Corunha)

Escolho no título a forma linguisticamente ambígua *normalización* (não “normalização” ou “normalização”, nem sequer “normalización” ou mesmo –porque não?– “normalíssassiô”) para destacar a *bivalência* da acção das elites intelectuais e políticas na Galiza. Por uma parte, trata-se (aparentemente) de estabelecer como “normal” uma prática linguística oral e escrita pré-definida como “galego”; mas, por outra, isto faz-se em referência ao quadro (político, ideológico, simbólico) do espanhol, quer dizer, dentro do que chamaremos o *mercado linguístico* (=simbólico-cultural, mas também económico) de tudo aquilo que é o Espanhol. Contudo, como descreio igualmente duma hipotética “normalização” (galego-portuguesa), para sossego de todos/as limitarei o uso do artifício estilístico.

Introdução: Porque *contra* qualquer *normalización* ou normalização?

Em primeiro lugar, qualquer normalização –a criação duma norma de conduta– implica por contraste a nociva noção de *anormalidade*. Estritamente, nenhuma conduta sociolinguística é anormal, senão que

(*) Uma versão anterior deste texto foi apresentada para debate na “Mesa sobre Língua e Cultura” do *Foro da Cultura Galega*, em Junho de 2000. Nunca surgiu uma publicação inclusiva com todos os documentos dessa Mesa. Por sua parte, as “Conclusións” do *Foro* desse ano, como síntese do debatido, apenas recolham do meu contributo parte de uma frase (sobre a definição de “normalização”), que, além, distorcia parcialmente o sentido do que eu propunha (a minha frase referia-se à necessária *naturalização* do galego-português como objectivo e eixo definidor da “normalização”). É por isto que considero apropriado dar à luz estas reflexões. Endereço: Depto. de Galego-Português, Francês e Linguística, Faculdade de Filologia, Univ. da Corunha, 15071 A Corunha. Tel.: 981 167000, ext. 1888. Fax: 981 167151. Correio electrónico: celsoac@udc.es . Página web: <http://www.udc.es/dep/lx/cac>.

todas respondem a complexos jogos de identidades sociais, ideologias, benefícios económicos e simbólicos, intenções comunicativas imediatas, etc.¹

Em segundo lugar, se por “norma” (social, condutual) se entende um ponto de referência para as escolhas de língua (o galego-português), deve-se assumir com consequência o estatuto duvidoso da noção de “norma” (condutual) em qualquer teoria da acção social e em qualquer política de *intervenção* social, que é do que estamos a tratar. Os indivíduos e grupos não agem mecanicamente por aderência ou rejeitamento de padrões identificáveis pré-existentes (p.ex. uma “norma” de uso do galego como poderia ser uma norma de tráfico), mas pelo que se têm chamado *expectativas comunicativas* (v. Gumperz 1982), ou princípios de interacção construídos (e assentados) na socialização na vida diária no seio das diversas retículas sociais. Qualquer política da “normalização” que ignore a base inerentemente interaccional da conduta linguística está condenada a reproduzir esquemas inoperativos (esquemas do tipo *normalização versus normatização* que, por exemplo, divorciam a fala *como conduta da escrita como conduta*: a “normatização” deveria portanto ser também parte inerente da “normalização”, mesmo dentro da lógica que questiono).

Por último, se por “normalização” se entende singelamente a expansão dos usos orais e escritos de algo que se pré-constrói como “galego”, a tarefa inicial é abordar *que é esse “galego”* como objecto, para que se deve espalhar o seu uso, que grupos se *beneficiariam* deste processo e que grupos continuariam em *lugares subalternos*.

Desbotada para mim a utilidade da noção “normalização”, proponho-me a mim próprio entender por “normalização” algo assim como a *natu* -

(1) A pesquisa sobre estes aspectos das condutas linguísticas reais, documentáveis no nosso país é crescente. Alguns/umas autores/as com publicações neste campo são: Luzia Domínguez Seco, Gabriela Prego Vázquez, Xoán Paulo Rodríguez Yáñez, Mário J. Herrero Valeiro e Celso Álvarez Cáccamo (ver Bibliografia Adicional). Esta pesquisa revela-nos a limitação e o redutivismo das macro-noções de “identidade galega” para compreendermos as escolhas de idiomas e variedades na conversa face a face e no discurso das instituições. Se uma parte da sociolinguística galega e da intelectualidade, que glorifica a priori programaticamente um imaginário nacional (e portanto uma “identidade”), quer continuar a ignorar o interesse desta pesquisa, o diálogo académico faz-se mais difícil. Mas é a sua responsabilidade, não o dos que praticam (praticamos) a análise das micro-condutas linguísticas, tanto na vida diária quanto no discurso público e político.

ralização –mais ou menos espontânea, e menos reflexiva do que mais– das condutas e práticas que implicam usos orais e escritos socialmente produtivos das diversas variedades do que entendo amplamente como língua portuguesa no nosso país (frente à outra língua, a espanhola).² É deste ponto de vista que quisera abordar o sentido social de tal naturalização de usos numa sociedade de classes como a nossa.

As bases materiais da língua e do discurso

Parto duma ampla concepção materialista –e, em último termo, economicista– da língua e do discurso. Em todas as sociedades estratificadas (quer dizer, em todas as sociedades conhecidas), a língua é um recurso simbólico, mas também material, sujeito a processos de apropriação, controlo, distribuição desigual e acesso diferencial. Isto é particularmente notável no caso da língua escrita, que deve também ocupar um lugar central em qualquer reflexão colectiva (sobretudo nas sociedades de classe funcionalmente alfabetizadas) sobre o papel da Língua na construção e/ou projecção das identidades colectivas, e particularmente da “identidade nacional”. Noções basilares para entendermos esta ancoragem material da Língua, adoptadas do trabalho do falecido Pierre Bourdieu (ver referências bibliográficas) são a de *mercado linguístico* (como o âmbito no que opera um *padrão* de troco simbólico, que é tanto *emblema* quanto *estandarte*) e a de *capital simbólico e cultural*, como o benefício e prestígio acumulado por uso e apropriação desse padrão (benefício e prestígio não isento às vezes de consideráveis recompensas económicas). É evidente que na Galiza actual as únicas tentativas de quebrar o mercado linguístico espanhol são as que provêm do *lusu-reintegracionismo*, etiqueta em cujo desmiudamento semântico não entro agora. A opção lusu-reintegracionista implica, não um questionamento do funcionamento básico

(2) Contraste-se com o recolhido desta formulação nas “Conclusións” do Foro da Cultura Galega: “Entendemos o concepto de normalización lingüística como a naturalización das conductas que implican usos orais e escritos socialmente productivos, no noso caso os propios da lingua galega fronte ao español, e non, como pretenden os defensores da aberración conceptual denominada “bilingüismo harmónico”, o mantimento do reparto actual de usos e funcións das dúas linguas coexistentes, que conviven en situación de bilingüismo social de carácter diglósico, en convivencia desigual que beneficia o avance do proceso normalizador do español como lingua única” (FCG 2000, p. 64).

da língua como padrão de troco e mecanismo de selecção social no capitalismo, mas uma ré-territorialização (a ampliação desse mercado), que subleva perigosamente a linha dos estados-nação (o Reino de Espanha e a República de Portugal).

Redistribuição económica e reconhecimento cultural

Dentro deste enquadramento materialista, a questão central é a quem e como beneficia a criação dum padrão e dum mercado linguístico galego “próprio”. Visto que no mercado linguístico se manifestam os conflitos económicos (mobilidade de classe), identitários (expressão duma “essência” colectiva através do padrão) e simbólicos (acumulação de capital cultural), a questão chave para compreendermos os benefícios ou desvantagens da “normalização” é em que medida esta se imbrica com (ou faz parte de) *políticas de intervenção* nas duas linhas que a teoria e crítica social recente tem chamado *redistribuição* e *reconhecimento* (v. uma excelente síntese em Fraser 1995). A redistribuição concerne a acção social encaminhada à justiça e igualdade económicas; o reconhecimento implica acção encaminhada à justiça cultural por meio do respeito real aos grupos culturais e da criação de imagens e auto-imagens positivas. A redistribuição tenta paliar ou reverter a exploração económica; o reconhecimento, a dominação cultural e ideológica.

As duas categorias sociais basilares que se entrecruzam nas políticas do reconhecimento e da redistribuição são as de *classe* e *nação*. Entendo a classe como um grupo social com um papel estruturalmente determinado na produção e reprodução social: económica, cultural, mesmo biológica (daí que haja “elementos de classe” nas mulheres como grupo dominado). A nação é a construção identitária intersubjectiva (e, portanto, tão “real” ou irreal como outras) dum grupo que se projecta a um destino colectivo comum.

Comecemos por abordarmos a “normalização” dentro duma política do reconhecimento.

“Normalização” e reconhecimento cultural

A política do reconhecimento na Galiza passa por dous eixos fundamentais. Em primeiro lugar, passa pola valorização cultural de “o galego” (entendido como tudo o galego, não apenas como o idioma), tanto fora como dentro. A inseminação cultural sistemática dos meios espanhóis e anglófonos atenta não apenas contra a valorização de “o galego”, através de estereótipos crescentes, mas atenta mesmo contra a dignidade intelectual e o potencial cognitivo das gentes. Não se pode desvincular a dominação cultural de elite sobre “o galego” da dominação cultural de classe, que toma a forma de doutrinação constante nos valores mercantilistas do próprio capitalismo global que explora economicamente as classes que ele mesmo alimenta culturalmente.

Em segundo lugar, o reconhecimento da diferença é necessário e urgente dentro da Galiza, na esfera pública galega, dentro do próprio campo da criação de saber, de sentidos e de ideologias: os campos da intelectualidade e da política. As etiquetas estigmatizantes contra sectores específicos da população com concepções não legitimadas do social, como os chamados “reintegracionistas”, são um útil instrumento para construir a oposição necessária em torno da qual as elites se apropriam do sentido de “o galego”. Obviamente, há grandes obstáculos para o reconhecimento pleno do luso-reintegracionismo como uma opção legítima e, portanto, como susceptível de ocupar posições hegemónicas no campo discursivo da Língua. Mas os obstáculos a este reconhecimento não derivam tanto da justeza ou aberração das posições reintegracionistas (que intelectualmente muita gente compreende, e que subjaze também a um “senso comum” escassamente examinado pola sociolinguística oficial) como, precisamente, de questões de classe num sentido amplo. Nesse sentido, não sou tão ingénuo como para pensar que o “diálogo” entre sectores é suficiente. As posições luso-reintegracionistas e isolacionistas estão ancoradas estrutural e diferencialmente no processo (económico-social) de produção de saber.

O dispositivo fundamental de dominação sobre o luso-reintegracionismo na Galiza consiste em construí-lo como uma opção “minoritária”, afastada dos valores culturais do “Povo”. Frente a isto, o chamado autonomismo ou isolacionismo cultural apresentam-se como a plasmação

orgânica e representativa desses valores culturais do “Povo”. O isolacionismo pretende ser representante *natural* duma essência nacional galega. Também sectores do reintegracionismo o pretendem, mas o seu sucesso está limitado a que, simplesmente, os seus discursos podam circular *efectivamente* na esfera pública galega... e pouco circulam. Portanto, o isolacionismo representa mais um exemplo de apropriação dirigida dos traços identitários da língua e a cultura. Este fenómeno de apropriação dirigida é velho: acontece, numa forma ou outra, em todos os regimes de disciplinamento através do pretenso consenso democrático (apropriação da “identidade espanhola” pelo nacionalismo espanhol no âmbito do estado, apropriação do sentido do “democrático” pelas elites da partitocracia, etc.).

Porém, é necessário lembrar que em todo processo de falta de reconhecimento social se dão simultaneamente formas de *des-reconhecimento*. Quer dizer: os discursos públicos fornecem pistas para a fragmentação das experiências comuns que subjazem ao reconhecimento, e para a sua conversão em formas de *des-identificação* e des-reconhecimento. Assim, “os galegos” (grupo composto majoritariamente por classes trabalhadoras, desapossadas, desempregadas, infra-empregadas, precarizadas, etc.; as elites económicas, políticas e culturais são isso: elites) vêm-se a si próprios como (também) “españoles” e adoptam os emblemas da sua cultura popular (a música *flamenca* –com gaita ou sem ela–, os mitos mediáticos...). Esta forma de des-identificação explica que só quando algum produto cultural surgido na Galiza se torna mediaticamente espanhol pode ser reconhecido como “galego”; o caso paradigmático é o dos autores literários que se fazem famosos “fora”, concretamente, num “fora” muito particular: Madrid, mas nunca Lisboa ou Porto. A intelectualidade, polo geral, aplaude estas projecções como sintoma de fortaleza cultural, em lugar de como sintoma evidente da inserção efectiva dos elementos identitários galegos no mercado cultural estatal espanhol.

O des-reconhecimento atinge especialmente às identidades de classe. A experiência comum de classe –que consiste na subsistência diária, na exploração no trabalho, no trabalho mal remunerado, na precariedade nos serviços sociais, na desertização do campo não apenas como lugar de produção mas como espaço eco-social, etc.– é fragmentada polos vários

discursos hegemônicos, de maneira que se produz, por exemplo, uma maior identificação entre um trabalhador rural galego e um empresário de Almeria do que entre o primeiro e um trabalhador rural de Portugal. (No olho panóptico do televisor, o *Gran Hermano* é o irmão maior de todos, da grande família nacional espanhola; no interior dessa caixa, só o que é espanhol pode ser galego). Neste sentido, os traços susceptíveis de construir *identidades de classe* (e, portanto, trans-estatais) aquém e além das fronteiras políticas são estilhaçados pelo estado e polos seus servidores na Galiza nas aras das “identidades nacionais”. Uma mínima olhada aos dispositivos de dominação cultural sobre os sectores campestres e marinheiros galegos leva a concluir que se está a operar um des-reconhecimento estratégico dos elementos (o que se chamam “traços de identidade”) comuns galego-portugueses, incluindo obviamente a língua e as práticas discursivas concomitantes. Se for suficientemente inteligente, o discurso luso-reintegracionista não precisaria portanto nem sequer acudir ao seu modo de mitificação do passado histórico (o isolacionismo tem outro) para recuperar e dar forma (sempre política) aos traços de identidade galego-portugueses, ou *galegos e portugueses*.

A possibilidade de recuperar e alinhar traços *naturalizados* de identidade comum (incluída a língua) além e aquém das fronteiras é reconhecida mesmo por sectores oficialistas na sua prática linguística. No terreno da língua, uma mínima coerência implicaria que o reconhecimento cultural passasse, *mesmo dentro da lógica do mercado linguístico capitalista*, por uma aceitação dos padrões de especialização linguística próprios duma sociedade “normalizada”, como se supõe que é o vizinho Portugal, recorrente emblema (com Islândia) do Mito do Monolinguismo. Quer dizer: esta especialização sócio-funcional das variedades da língua significa a *naturalização da distância inerente* entre as variedades formais (que produzem capital) orais e escritas e as coloquiais em todas as línguas de “cultura”. Este processo de especialização de variedades, que Gil Hernández e Rabunhal Corgo (1989) propuseram na sua altura para grande assombro de intelectuais “nacionalistas” que não compreendiam inteiramente o significado de “diglossia”, consiste na superação do que Gil e Rabunhal chamavam a “diglossia por deslocação” existente (quer dizer, a situação pola qual a variedade “alta” do idioma –o português padrão– não seria utilizada onde se falam as variedades galegas

“baixas”)³ e a assunção plena do *mercado linguístico galego-português* como única maneira de minimizar a fragmentação de experiências sociais e discursivas comuns, de paliar o des-reconhecimento e de potenciar o reconhecimento. Em definitivo, o reconhecimento implica a reivindicação da diferença cultural *dentro do âmbito galego-português, não dentro do âmbito espanhol*: o reconhecimento cultural implica a superação do imaginário Galeuzca.

Por último, o reconhecimento passa por inserir os grupos desvalorizados socialmente (incluídos os luso-reintegracionistas, tanto “de base” como “de elite”) dentro do debate público sobre a língua. É evidente que a maior parte do activismo linguístico, da intervenção activa e *política* sobre a língua e a cultura, provém dos chamados “grupos reintegracionistas de base”. Que o nacionalismo isolacionista não reconheça este facto não é cegueira: é uma grande cautela, porque estes grupos estão a jogar um papel comparável ao das associações culturais e de activismo linguístico da década dos anos 1970, quando a reivindicação fundamental (ainda por cumprir) que podia levar a algumas pessoas à cadeia era “Falemos Galego” (a prática em si não levava não: apenas a *consigna* de fazê-lo). O esquecimento sistemático do papel que tem o reintegracionismo de base na política de reconhecimento cultural só se pode chamar *exclusão* e *invisibilização*, que é uma das duplas tácticas mais burdas (mas efectivas) de hegemonia ideológica. Enquanto o nacionalismo político e cultural galego continue endogamicamente a reproduzir-se a si próprio e a reproduzir o seu discurso em pseudo-debates sobre a “normalización” que desde há trinta anos não contribuem nada substancialmente novo nem incorporam novas ideias substancialmente interessantes, é lógico que parte dos reintegracionistas considerem tais “debates” como um jogo fechado e estéril, e tenham optado até há pouco por uma das saídas naturais ao impasse: a aceitação da exclusão que experimentam.⁴

(3) O argumento de Gil Hernández e Rabunhal Corgo, contudo, tem problemas. Por exemplo, em princípio a especialização diglósica sócio-funcional de variedades deve dar-se no seio do que constitui uma comunidade *de fala*, e é evidente que a Galiza e Portugal dificilmente formam na altura uma só comunidade de fala, apesar de serem parte da *comunidade linguística portuguesa*. Porém, não me interessa tanto desmiudar o quadro teórico dos autores quanto salientar o argumento válido de que a expansão do português padrão na Galiza contribuiria para regularizar essa especialização “relativamente estável” de variedades da diglossia originária de Ferguson.

(4) Novos desenvolvimentos no ano 2002, como a criação da Assembleia da Língua (<http://br.groups.yahoo.com/group/assembleia-da-lingua>), podem estar a contribuir para mudar esta dinâmica).

“Normalização” e redistribuição material e simbólica

Do dito não se deve desprender que a política de reconhecimento cultural seja suficiente para a “normalización”. De facto, o grande debate (já antigo) concerne as conexões entre a dominação cultural e a exploração económica nas sociedades de classe. O dilema é, concretamente, *em que deve consistir uma política de redistribuição compatível com uma política de reconhecimento*.

Para focarmos a questão, faz-se conveniente um breve resumo dos mecanismos de selecção social das sociedades de classes através da distribuição dos recursos simbólicos, incluindo a língua e os saberes associados a ela. Brevemente, nas sociedades com aparelhos institucionalizados de “alfabetização universal”, o sistema educativo está desenhado para, teoricamente, fornecer as mesmas oportunidades de acesso aos recursos a todos e todas: entre estas oportunidades, fundamentalmente, a possibilidade de acesso à língua como instrumento de cultura. Porém, simultaneamente o mesmo aparelho está desenhado para a selecção dos “melhores”, e o facto evidenciável é que só os “melhores” (uma categoria nada objectiva) ascendem socialmente através do saber. Quer dizer, as desigualdades de acesso à cultura inerentes à desigualdade de classe, que começam na família, não são abordadas no sistema educativo com políticas e práticas compensatórias. Por contra, o mito da “igualdade democrática” constitui-se em fonte da ubíqua miragem das sociedades alfabetizadas pela qual, enquanto a escola é “de todos e para todos”, apenas uns poucos obtêm dela os benefícios simbólicos que logo porão em prática para a obtenção dum trabalho de elite e para a reprodução do próprio campo intelectual.

A lógica (nada contraditória) deste processo é evidente no nosso país: enquanto a legislação (a *Lei de Normalización Lingüística*) garante a “igualdade de conhecimentos” de galego e espanhol afinal do ciclo educativo, a realidade é que os escolares têm ainda menos domínio escrito do galego do que o espanhol, que se supõe ser a língua de cultura por antonomásia. Porque acontece isto assim? Melhor, para que? Simplesmente, para a *analfabetização maciça* se impor (como tem comentado em diversos lugares António Gil Hernández), e para que o “efeito canteira” ou pirâ-

midre social não só se mantenha, mas se incremente. O efeito pirâmide exagera-se na universidade, que nutre as elites culturais com as poucas pessoas que chegam a saber colocar um pronome clítico no seu lugar (eu próprio excluído), símbolo paradigmático da Identidade Linguística Galega Nacional actual.

Tem-se apontado repetidamente que a própria concepção da língua e a proposta ortográfica jogam um papel importante neste processo de selecção social, num sentido ou noutro. Para os luso-reintegracionistas, a inserção plena do galego no sistema cultural galego-português paliaria a sua falta de prestígio e utilidade evidente, vista a projecção (para alguns, Imperial) do português no planeta. Para os isolacionistas, a ortografia portuguesa afastaria ainda mais os estudantes da sua língua chamada “própria”, por impor soluções ortográficas “difíceis” de serem aprendidas por cérebros sem dúvida infradotados. Ambos tipos de argumentos contêm falácias que seriam longas de debater. Sirva simplesmente o seguinte argumento para esclarecer a questão: *nas sociedades de classes, qualquer modelo formal de língua e qualquer ortografia ensinada nas escolas e legitimada socialmente estão inerentemente desenhados para manterem e reproduzirem as desigualdades de classe; qualquer “falta de ortografia” (quer dizer, falta de perícia na Língua Legítima) será sempre manipulável como símbolo de identidade para trocar a diferença em distinção social; qualquer variante “dialectal” será susceptível de manipulação como símbolo duma identidade subalterna;⁵ qualquer prática escrita será inerentemente uma prática de distinção social: nenhum membro do “Povo” ou “Pobo” heteroglóssico a que algumas elites dizem representar poderia jamais formar parte de debates sobre a Cultura se não for como elemento antropológico e folclórico.*

Portanto, a pergunta é se nas sociedades de classe é possível “redistribuímos” o capital simbólico (a língua), a começarmos no próprio sistema educativo, de modo a este capital não constituir uma fonte de distinção social. O próprio termo “redistribuição” pode ser suspeito dum reformismo que não ataca a raiz do conflito de classes. Daí que sejam possíveis duas perguntas opostas sobre a política de redistribuição neces-

(5) Observem-se, se não, os sentidos sociais dos fenómenos dialectais como a gheada e o sesseio no discurso mediático e na cultura popular: em bandas desenhadas cómicas dos jornais ou, paradigmaticamente, em séries televisadas como *Mareas Vivas* (Alvarez Cáccamo 2000).

sária. A primeira é: *Trata-se por acaso de facilitar a mobilidade e ascenso social através da redistribuição mais igualitária dos recursos, incluídos os linguísticos, e das possibilidades de acesso a estes?* A segunda é: *Ou trata-se, antes, de socavar as bases da estrutura de classes para alcançarmos novas formas de distribuição e acesso aos recursos linguísticos, esvaziando-os do seu potencial estratificador?*

Obviamente, a boa pergunta é a segunda (uma boa pergunta contém a metade da resposta), e só o possibilismo impõe uma má pergunta como a primeira, que é a que impera nas sociedades ocidentais.⁶ Porque, é compatível uma *naturalização da diferença social de base linguística* com um projecto utópico de igualdade social? À partida, teoricamente esta compatibilidade seria possível se, como apontei, o potencial discriminador da diferença linguística ficasse esvaziado, quer dizer, se a diversidade (de muitos tipos) não se constituísse em capital. Mas o facto é que o nosso único ponto de referência neste projecto são as sociedades de classe, e, nesse sentido, é difícil imaginar uma naturalização das condutas linguísticas não associadas à desigualdade social.

Uma proposta razoada?

Porém, talvez for factível um “utopismo razoado”, como o que propugnou o inteligente mas recalcitrante europeísta Bourdieu (1998), baseado nos que proponho como pontos fundamentais:

- ◆ A compreensão crítica dos fenómenos de dominação de classe por meio da língua.
- ◆ A compreensão crítica do papel estrutural das elites culturais na reprodução da dominação de classe, e na sua própria reprodução como classe.
- ◆ A acção *eticamente informada* em favor da constituição dum *espaço público de debate*, duma *esfera pública* dinâmica, onde impere o respeito pola diferença ideológica (talvez, inclusive, o respeito pola pobreza intelectual).

(6) As próprias *perguntas legítimas* são indicativas do panorama ideológico global. É óbvio que na Galiza actual há muitas perguntas que nem sequer se podem *fazer legitimamente* sobre a língua, sobre as instituições de cultura, sobre o construto das identidades nacionais, sobre a aura hagiográfica dos personagens vivos ou mortos que dominam a cena intelectual (sobre os seus contributos efectivos a um projecto social e linguístico emancipador, por exemplo), etc. No seu lugar, as perguntas legítimas viram em torno da “normalidade” sociolinguística, da correcção idiomática, do “compromisso linguístico”, do *pedigree* étnico-linguístico, da “projecção” galega em Madrid, da propriedade intelectual, da estética poética.

- ◆ A minimização da importância do “factor língua” na consecução dessa utopia social, e a centralização das questões materiais (aproximadamente a “desfilologização” a que se tem referido Concha Costas nos debates do Foro da Cultura, mas sempre acompanhada dum modelo historicamente progressista de sociedade).⁷
- ◆ A geração de estratégias e táticas de resistência eticamente coerentes (por exemplo, a conservação da dignidade no aproveitamento dos recursos institucionais; o rejeitamento dos privilégios vergonhosos; a despersonalização dos debates culturais; a geração, promoção e apoio às práticas de activismo de base; etc.).⁸

Contudo, estas propostas razoadas não deveriam levar-nos a acreditar na “normalidade” social num futuro próximo ou menos próximo. Pessoalmente, as propostas utópicas razoadas são para mim um imperativo intelectual e –dentro do possível do termo– *ético*, com o que procuro enxotar o fantasma da culpabilidade por detentar, assumir e exercer uma posição de privilégio social baseada no acesso e posse de recursos de saber que me legitimam para *falar da língua com a língua*, recursos que à maioria da população lhe são negados estruturalmente pelo próprio desenho dos aparelhos e indústrias de produção de saber (desde a escola até às universidades e fundações públicas e privadas). As elites intelectuais (de novo, definidas estruturalmente) não são (não somos) os principais executores da política de barbárie e escravismo que caracteriza o capitalismo do entrante Milénio Final: somos o que Bourdieu deu em chamar, num escrito cuja referência nunca consigo encontrar, a “fracção dominada da classe dominante”. Mas, nesse sentido, a nossa prática reflexiva está sempre presa entre, por uma parte, a lealdade a esse “Povo” que certos sectores sistematicamente apropriam, e por outra, a submissão ao capital económico que nos sustém.

(7) Debate da “Mesa sobre Língua e Cultura” do Foro da Cultura Galega, Compostela, 3-Março-2000.

(8) Frente à miragem mítica da “independência do intelectual”, Bourdieu salienta a subordinação cada vez maior das elites intelectuais aos estados e aos capitais privados. Nunca antes na história houve mais dinheiro público posto ao serviço da produção de saber... dum saber pré-escolhido, obviamente, como saber economicamente produtivo.

Em definitivo, é-me impossível conceber uma “sociedade galega culturalmente normalizada” no quadro do capitalismo global ou de qualquer outro modo de produção baseado na apropriação do valor da força de trabalho assalariado. Nesse sentido, toda sociedade “galega” normalizada seria-o também planetária. Mas é possível, talvez, conceber novas (muito antigas?) formas de consciência *razoadamente utópicas* encaminhadas a tal sociedade. No que a nós atinge, o primeiro passo seria renomearmos e ré-desenharmos quaisquer foros, plataformas ou espaços de cultura “galega” como, simplesmente, *foros, plataformas ou espaços da cultura ou das culturas* (em geral e em plural), e tentarmos dilatá-los no tempo e espalhá-los amplamente para incorporarmos sectores produtores de formas (plural) de culturas (plural) tanto locais como próximas geograficamente mas ainda tremendamente afastadas de nós pelas altíssimas isoglossas políticas dos estados, aquelas que dividem (sempre artificialmente, como todas as barreiras) a Galiza histórica e social dentro do Reino de Espanha da Galiza histórica dentro da República de Portugal.

Referências bibliográficas

- ALVAREZ CÁCCAMO, Celso. 1999. “O ‘galego’ frente ao ‘português’, ou a lógica social da diferença”. Em *A lingua e a literatura galegas nos alcances do Terceiro Rexurdimento (1976-2000) / La llengua i la literatura gallegues als inicis del Tercer Ressorgiment (1976-2000)*, ed. por Camilo Fernández. Terrassa-Barcelona: Xunta de Galicia/ Amics de les Arts i Joventuts musicals de Terrassa/UNED-Terrassa, 43-49.
- ALVAREZ CÁCCAMO, Celso. 2000. “Identidad, clase e ideoloxías lingüísticas en el discurso público gallego [Mareas Vivas y el nuevo orden sociolingüístico de clase]”. Trabalho apresentado no *IV Congreso de Lingüística General*, Cádiz, 3-6 Abril, 2000, na sessão “Ideoloxías y prejuicios lingüísticos”, coorganizada por Luisa Martín Rojo e Celso Alvarez Cáccamo.
- BOURDIEU, Pierre. 1977. “The economics of linguistic exchanges”. *Social Science Information* 16 (6), 645-668.

- BOURDIEU, Pierre. 1982. *Ce que parler veut dire*. Paris: Fayard.
- BOURDIEU, Pierre. 1990. *In other words: Essays toward a reflexive sociology*. Stanford: Stanford University Press.
- BOURDIEU, Pierre. 1998. "A reasoned utopia and economic fatalism". *new left review* (227), 125-130. [Tradução espanhola: "Una utopía razonada: contra el fatalismo económico" (2000), *new left review* 0, número monográfico *Pensamiento crítico contra la dominación*, pp. 156-161].
- FORO DA CULTURA GALEGA [FCG]. 2000. *Presentación das Conclusións*. Santiago de Compostela.
- FRASER, Nancy. 1995. "From redistribution to recognition? Dilemmas of justice in a 'post-Socialist' age". *new left review* 212, pp. 68-93. [Tradução espanhola: "¿De la redistribución al reconocimiento? Dilemas de la justicia en la era 'postsocialista'" (2000), *new left review* 0, número monográfico *Pensamiento crítico contra la dominación*, pp. 126-155].
- GIL HERNÁNDEZ, António, e Henrique Rabunhal Corgo. 1989. "O conceito de diglossia segundo Ch. A. Ferguson, e a sua pertinencia para a Comunidade Lusófona da Galiza. Um caso de diglossia por deslocação". *Nós* 13-18, pp. 361-388.

Bibliografia adicional sobre sociolinguística da fala na Galiza

[Esta bibliografia básica (além de vários trabalhos em curso não listados) oferece estudos sobre as práticas de fala na Galiza, baseados em dados gravados em áudio e/ou vídeo, que arrojam um panorama muito mais rico sobre a nossa situação sociolinguística do que o "paradigma da normalização" ou o "paradigma da diglossia" nos podem apresentar. Como comentado alhures (Alvarez Cáccamo 1997), estas perspectivas não tem considerado os usos reais das variedades em conflito, usos não facilmente reduzíveis às análises dominantes pola sua riqueza indéxica das identidades e posições sociais].

- Alvarez Cáccamo, Celso: • 1987. "Fala, bilingüismo, poder social". *Agália; Revista da Associação Galega da Língua* 10, 127-150. • 1990. "Rethinking conversational code-switching: Codes, speech varieties, and contextualization". Em *Proceedings of the Sixteenth Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society, February 16-19, 1990. General Session and Parasession on the Legacy of*

- Grice. Berkeley: Berkeley Linguistics Society, 3-16. • 1991. "Language revival, code manipulation and social power in Galiza: Off-record uses of Spanish in formal communicative events". Em *Sociolinguistics of the Spanish-speaking world: Iberia, Latin America, United States*, ed. por Carol A. Klee. Tempe (AZ): Bilingual Press / Editorial Bilingüe, 41-73. • 1993. "The pigeon house, the octopus, and the people: The ideologization of linguistic practices in Galiza". *Plurilinguismes* 6, 1-26. • 1996a. "Building alliances in political discourse: Language, institutional authority, and resistance". *Folia Linguistica* XXX (3-4), 245-270. • 1996b. "The power of reflexive language(s): Code displacement in reported speech". *Journal of Pragmatics* 25 (1), 33-59. • 1997. "Construindo a Língua no discurso público: Práticas e ideologias linguísticas". *Agália. Revista Internacional da Associação Galega da Língua* 50, 131-150. • 1998. "From 'switching code' to 'code-switching': Towards a reconceptualisation of communicative codes". Em *Code-Switching in Conversation. Language, Interaction and Identity*, ed. por Peter Auer. London: Routledge, 29-48. • 2000. "Para um modelo do 'code-switching' e a alternância de variedades como fenómenos distintos: Dados do discurso galego-português/espanhol na Galiza". *Estudios de Sociolingüística* 1 (1), 111-128.
- Bobillo García, Nancy, Luzia Domínguez Seco, Mário J. Herrero Valeiro, e Gabriela Prego Vázquez: • 1998. "Las prácticas de habla en Galiza: entre el conflicto lingüístico y la armonía bilingüe (conexiones macro-micro en el discurso sociolingüístico gallego)". Trabalho apresentado no VI Congreso Español de Sociología. *Sociología y Sociedad*, 24-26 Setembro 1998, A Corunha.
- Domínguez Seco, Luzia: • 1996. "Língua, status, identidade: A fala como marca-dora da diferença social". Em *The Linguistic Construction of Social and Personal Identity: First International Conference on Sociolinguistics in Portugal [25 a 29 de Março de 1996, Universidade de Évora]*, ed. por Sandi Michelle de Oliveira. Évora: Centro de Investigação e Desenvolvimento em Ciências Humanas e Sociais da Universidade de Évora (CIDEHUS.UE) / Research Committee on Sociolinguistics, International Sociological Association, 31-35. • 2000. *Aproximación interaccional a la conceptualización del habla: Las ideologías lingüísticas en Galicia como índice de la diferencia social*. Tese de Doutoramento, Departamento de Galego-Português, Francês e Linguística, Universidade da Corunha.
- Domínguez Seco, Luzia, e Mário J. Herrero Valeiro. • 2001. "Monolingüismo e purismo (A ideologização das práticas de fala na Galiza)". *Revista Iberoamericana de Discurso y Sociedad* 3 (1), 9-41. • 2002 (no prelo) . "Pureza

e (des)lealdade lingüística na ideologización das condutas de fala na Galiza". *Estudios de Sociolingüística*.

HERRERO VALEIRO, Mário J. • 2000. *Gltopolítica y genealogía del poder: El proceso de institucionalización del gallego desde la perspectiva de una (macro)política de la lengua*. Tese de Doutoramento. Departamento de Galego-Português, Francês e Linguística, Universidade da Corunha. • 2001. "Os novos galegos e o uso do galego como *inciso* conversacional". Em *Agália. Revista Internacional da Associação Galega da Língua* 62, 77-101.

PREGO VÁZQUEZ, Gabriela: • 1996a. "Estructuración sociodiscursiva de regateos de ferias rurales gallegas". *Interlingüística* 5, 137-146. • 1996b. "Língua e identidade social em regateios de feiras rurais galegas. Análise da fase inicial do 'tira e afrouxa'". Em *The Linguistic Construction of Social and Personal Identity: First International Conference on Sociolinguistics in Portugal [25 a 29 de Março de 1996, Universidade de Évora]*, ed. por Sandi Michelle de Oliveira. Évora: Centro de Investigação e Desenvolvimento em Ciências Humanas e Sociais da Universidade de Évora (CIDEHUS.UE) / Research Committee on Sociolinguistics, International Sociological Association, 43-49. • 1998a. "Alianzas discursivas, alternancia de códigos gallego-castellano y negociación de identidades en la Galicia rural". *Interlingüística* 7, 171-177. • 1998b. *Aproximación socio-interaccional al género discursivo del regateo*. Vol. 17, *Lynx. Documentos de Trabajo / Documents de Treball / Documentos de Trabajo / Working Papers*. València: Universitat de València / Universidade da Corunha. • 1999. "La cortesía: control interaccional y negociación de identidades en regateos de ferias rurales gallegas". Em *Actas del XI Congreso Internacional de la Asociación de Lingüística y Filología de la América Latina*, 773-782. • 2000. *Prácticas discursivas, redes sociales e identidades en Bergantiños (Galicia): La interacción comunicativa en una situación de cambio sociolingüístico*. Tese de Doutoramento, Departamento de Galego-Português, Francês e Linguística, Universidade da Corunha. • 2002 (no prelo). "Comprando *leitugas, leitughas* e *lechughas*. Reformulacions e negociación de identidades na feira". *Estudios de Sociolingüística*.

RODRÍGUEZ YÁÑEZ, Xoán Paulo: • 1995. *Estratexias de comunicación nas interaccións cliente-vendedor no mercado da cidade de Lugo: As alternancias de lingua galego/castelán e a negociación da escolla de lingua*. Tese de Doutoramento. Departamento de Linguística Geral e Teoría da Literatura, Universidade da Corunha. • 2002 (no prelo). "Historias conversacionais entre bilingües: O pasado interaccional compartido". *Estudios de Sociolingüística*.